do número 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, conforme previsto no número 3 do artigo 62.º do EMFAR, ficando na situação de supranumerário ao quadro de acordo com a alínea *c*) do número 2 do artigo 174.º do mencionado estatuto, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial uma vez promovido, deverá ficar colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe respectivamente, à esquerda do 909289 capitão-tenente da classe de Administração Naval Rui Jorge Sotero Pereira Lourenço e à direita do 27589 capitão-tenente da classe de Administração Naval Nuno Pedro Nogueira Machita Santos.

25 de Setembro de 2008. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,* almirante.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 24964/2008

Por despacho de 16 de Setembro de 2008 do TGEN AGE, proferido no uso de competência delegada e após anuência da Direcção Regional de Educação do Norte:

Maria Rosa Vieira Guedes, assistente administrativa principal, do quadro de pessoal da Escola Secundária n.º 3 de Oliveira do Douro — nomeada por transferência para lugar da mesma categoria e carreira do quadro de pessoal Civil do Exército (QPCE), ficando colocada na Direcção de Administração de Recursos Humanos (DARH). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2008. — O Chefe da Repartição, em substituição de funções, *Carlos Manuel Mira Martins,* TCOR TM.

Comando da Zona Militar da Madeira

Despacho n.º 24965/2008

Subdelegação de competências no comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 25973/'2007, de 19 de Outubro, do Tenente — General Comandante Operacional do Exército, publicado no *Diário da República,* 2a Série ,n.º 219/2007, de 14 de Novembro de 2007, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira, Tenente Coronel de Infantaria NIM 19015786 Paulo Bernardino Pires Miranda, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo Despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até 5.000 euros.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Julho de 2008, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

3 de Setembro de 2008. — O Comandante, *João Miguel de Castro Rosas Leitão,* major-general.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho n.º 24966/2008

1 — Ao abrigo e nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designo para desempenhar as funções de meu motorista o Cabo de Infantaria Jorge Morais Ochôa, da Guarda Nacional Republicana, autorizado a exercer essas funções em regime de requisição, com efeitos a 25 de Agosto de 2008.

2 — Na mesma data, o motorista José Maria Marques da Silva, do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, cessa idênticas funções que vinha desempenhando a título provisório.

1 de Agosto de 2008. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz.*

Despacho n.º 24967/2008

Ao abrigo e nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o previsto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, nomeio o licenciado Carlos Mendes Coelho Lopes Lúcio para as funções de coordenador do Gabinete de Relações Internacionais, em acumulação com o exercício do cargo de chefe do Núcleo de Planeamento de Emergência.

O presente despacho produz efeitos à data de 1 de Outubro de 2008.

22 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz.*

Despacho n.º 24968/2008

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 2.º da Portaria n.º 338/2007, de 30 de Março, independentemente dos procedimentos concursais em curso, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, nomeio, em comissão de serviço, e em regime de substituição, para desempenhar as funções de director da Unidade de Planeamento, da Direcção Nacional de Planeamento de Emergência o Doutor José Luís Gomes dos Santos Ribeiro.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro.

26 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz.*

ANEXO

Nome: José Luís Gomes dos Santos Ribeiro
Nascido a 26 de Maio de 1957
Natural de Angola
Nacionalidade portuguesa
Habilitações Académicas:

Licenciado em Geografia, no ano de 1983, pelo Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

Pós-Graduado em Estudos Europeus (Direito e Economia Europeia), no ano de 1991, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Mestre em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, no ano de 1999, pelo Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

Doutorado em Geografia Física — Área Científica de Ambiente e Ordenamento do Território, no ano de 2007, pelo Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

Professor Titular (10.º escalão), pertence ao quadro da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho. Neste nível de ensino, desempenhou várias funções de direcção, entre as quais as de Presidente do Conselho Directivo, Presidente do Conselho Pedagógico, Director de Centro de Formação, Director Pedagógico de Escola Profissional e Coordenador de Departamento. Foi ainda Orientador Pedagógico de Estágio Integrado da Universidade de Coimbra e é Formador certificado pelo CPCFC.

Esteve sete anos como Investigador em exclusividade na Universidade de Coimbra, nos períodos de 1997-1998 e de 2000-2006.

Autor de vários livros, capítulos de livros, artigos e comunicações em congressos e outros eventos científicos, nacionais e internacionais.

Algumas publicações relevantes (livros):

"Uma autonomia participada: da cooperação à complementaridade", premiado no concurso nacional de projectos de inovação e publicado pelo Instituto de Inovação Educacional (IIE), Lisboa, 1994 (112 p.) ISBN 972-9380-42-2;

"Zonas húmidas costeiras e ordenamento territorial", publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001 (326p.) ISBN 972-98225-9-X;

"Centralidade geo-ambiental do estuário do Mondego no ordenamento da zona costeira da Figueira da Foz. Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento), 2006 (426 p.)

O seu trabalho foi distinguido não só pela publicação de obras por instituições de mérito reconhecido, mas pelo financiamento de projectos científicos. Referem-se os seguintes:

Bolsa Internacional de Investigação em dois anos consecutivos (1997 e 1998), atribuída pela The Tokyo Foundation e pela Universidade de Coimbra;

Bolsa de Investigação da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) para o período de 2003 a 2006.

É membro das seguintes organizações científicas: Eurocoast-Portugal; European Union for Coastal Conservation; The Tokyo Foundation (Silff Fellow).

Louvor n.º 601/2008

Por proposta do Director Nacional de Recursos de Protecção Civil louvo a Chefe de Secção Maria Laura Viegas Pires pela forma dedicada e extremamente competente como vem chefiando a Secção de Vencimentos do Núcleo de Organização e Recursos Humanos da Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Funcionária com excelente nível de conhecimentos técnicos e de grande sentido de responsabilidade, muito tem contribuído para uma resposta pronta e eficiente às solicitações que diariamente são feitas à Secção que chefia, permitindo uma gestão equilibrada e oportuna das questões administrativas e remuneratórias dos funcionários desta Autoridade Nacional, especialmente das relacionadas com o complexo processamento de horas extraordinárias e ajudas de custo, em território nacional e no estrangeiro.

Às suas qualidades profissionais e pessoais, alia uma permanente disponibilidade para ocorrer às mais variadas situações em apoio a outras áreas sempre que tal se torne necessário, tornando-se um elemento essencial à prossecução dos objectivos superiormente estabelecidos para a Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Pelos atributos enunciados é a Chefe de Secção Maria Laura Viegas Pires merecedora que o seu desempenho, que qualifico de meritório e exemplar, seja reconhecido através deste público louvor.

15 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz.*

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 24969/2008

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Setembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Klinger Maicoziles Ferreira do Vale	25-05-89
Aparecida Mendes da Silva	20-11-61
Francisca Ivaneide Sales Lopes	06-12-75
Amanda Cristina das Graças Silva	24-05-90
Alberth Dias Bastos	05-01-81
Sofia Ramos	10-10-75
Celeste Aparecida Oliveira	27-12-65
Jose Aparecido Oliveira	22-06-66
Ari da Costa Silva	27-12-57
Jorge Dias dos Santos	25-05-69
José Roberto Felipe Alves	02-10-78
Doraci Fonseca do Carmo	25-04-54
Maria das Graças Ribeiro Alves Ferreira	20-09-60

30 de Setembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Despacho n.º 24970/2008

Lista n.º 103/08

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Setembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Hélio Alves Pereira	08-04-78
Maria das Graças Silva	25-12-52
Juliana Ballesteros Coelho	24-08-83
Catia Maria Rodrigues Gonçalves	26-08-59
Saulo Silveira Brum	21-10-74
Rodrigo de Assis Ferreira	28-01-84
Ana Maria de Assis Ferreira	01-01-63
Bianca Santos Mendes	06-08-78
Joaquim Magalhães Silva	02-04-75
José Francisco Gomes de Figueiredo	22-11-59
Bruna Aparecida Gomes Almeida	08-01-86
Luccyana Maria Oliveira Tajra Spuri	19-12-83
Fabia Muniz Rodrigues dos Santos	23-09-85

30 de Setembro de 2008. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 24623/2008

Ao abrigo do artigo 25.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 175/2000, de 9 de Agosto, e nos termos do artigo 15.º do Regulamento do curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 832/2007, de 3 de Agosto, torna-se público que, por despacho de 28.09.2008, da directora-geral da Administração da Justiça, foi determinada a abertura da fase de formação, tendo sido fixado em 20 o número de vagas àquela fase.

A fase de formação, que irá decorrer nas secretarias dos tribunais de 1.ª instância indicados no anexo I ao presente aviso, iniciar-se-á no dia 3 de Novembro de 2008 e terá a duração de 3 meses.

Podem candidatar-se à fase de formação os candidatos aprovados na prova de aptidão, constantes do aviso publicado no *Diário da República* n.º 128, de 4 de Julho de 2008, e que não tenham sido excluídos do curso de habilitação.

O prazo de candidatura à fase de formação é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral da Administração da Justiça, de acordo com a minuta publicada no anexo II ao presente aviso, devendo os candidatos indicar por ordem de preferência e em linhas separadas as secretarias onde pretendem realizar a fase de formação.

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente na Direcção-Geral da Administração da Justiça, sita na Avenida de 5 de Outubro, 125, 1069-044 Lisboa ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

A lista de colocação dos formandos nas secretarias será publicitada na página oficial da Direcção-Geral da Administração da Justiça (www.dgaj.mj.pt) e afixada nos tribunais onde a mesma se realiza.

30 de Setembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

ANEXO I

Locais para a fase de Formação

Designação	N.º de estag.
Funchal — Tribunal de Família e de Menores	1
Funchal — Tribunal do Trabalho	1
Ponta Delgada — Tribunal de Comarca	3
Ponta Delgada — Tribunal de Família e de Menores	1
Ponta Delgada — Tribunal do Trabalho	1
Ponta do Sol	2
Povoação	1
Ribeira Grande	1
Santa Cruz	3
São Vicente	1
Vila Franca do Campo	2